

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 1.567.137 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 21.005.430 mil,

Ativos Totais de R\$ 21.441.503 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 378.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil							
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante		2.391.448	1.440.799	Circulante		376.457	1.058.739
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	1.206.591	175.918	Impostos e Contribuições a Recolher.....	16g	19.477	39.897
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	7	765.018	945.493	Outros Passivos.....		416	89
Juros sobre o Capital Próprio a Receber.....	15a	419.839	319.268	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber.....	10e	356.564	1.018.753
Despesas Antecipadas.....		-	120	Não Circulante		59.616	1.075.322
Não Circulante		19.050.055	19.955.837	Passivos Fiscais Diferidos.....	16e	59.616	230.355
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	7	5.012.690	5.094.837	Provisão para Contingências.....	9b	-	844.967
Depósitos Judiciais.....	9b	-	844.967	Patrimônio Líquido		21.005.430	19.262.575
Ativos Fiscais Diferidos.....	16c	141	285.870	Capital Social.....	10a	11.335.195	10.458.595
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	16f	898.877	802.618	Reservas de Lucros.....	10d	9.641.687	8.452.550
Investimentos.....	8	13.138.347	12.927.545	Outros Resultados Abrangentes.....		28.548	351.430
Total do Ativo		21.441.503	21.396.636	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		21.441.503	21.396.636

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais		1.084.735	999.850
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	1.019.177	921.837
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.....	11	65.558	78.013
Despesas Operacionais		(101.479)	(121.724)
Despesas Gerais e Administrativas.....	13	(1.151)	(6.246)
Despesas Tributárias.....	12	(100.328)	(115.478)
Resultado Financeiro	14	811.076	588.987
Receitas Financeiras.....		843.317	1.192.771
Despesas Financeiras.....		(32.241)	(603.784)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		1.794.332	1.467.113
Imposto de Renda e Contribuição Social	16a	(227.195)	2.175
Lucro Líquido do Exercício		1.567.137	1.469.288
Resultado Básico por Ação Atribuídas aos Acionistas (Expresso em R\$ por ação)			
Resultado por Ação Ordinária.....		0,42	0,41
Resultado por Ação Preferencial.....		0,46	0,45

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2024	2023	
Lucro Líquido do Exercício	1.567.137	1.469.288	
Itens que podem ser Subsequentemente Reclasseificados para o Resultado Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(322.882)	84.711	
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	(139.883)	118.748	
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	(277.272)	(137.416)	
Efeito dos Impostos.....	94.273	46.721	
Hedge de Fluxo de Caixa.....	-	85.845	
Efeito dos Impostos.....	-	(29.187)	
Total do Resultado Abrangente	1.244.255	1.553.999	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.914.795	563.884	7.559.253	266.719	(59.875)	17.244.776
Aumento de Capital.....	1.543.800	-	-	-	-	1.543.800
Lucro Líquido do Período.....	-	-	-	-	1.469.288	1.469.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	-	-	-	118.748	-	118.748
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	-	-	-	(34.037)	-	(34.037)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	84.711	-	1.553.999
Destinações: - Reservas.....	-	73.464	255.949	-	(329.413)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(1.080.000)	(1.080.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.458.595	637.348	7.815.202	351.430	-	19.262.575
Aumento de Capital.....	876.600	-	-	-	-	876.600
Lucro Líquido do Período.....	-	-	-	-	1.567.137	1.567.137
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	-	-	-	(139.883)	-	(139.883)
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	-	-	-	(182.999)	-	(182.999)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(322.882)	-	1.244.255
Destinações: - Reservas.....	-	78.357	1.110.780	-	(1.189.137)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(378.000)	(378.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.335.195	715.705	8.925.982	28.548	-	21.005.430

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Sociedade) é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 27 de março de 2025.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos Financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negócios no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7) Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Sociedade sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2024	2023	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.794.332	1.467.113	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.019.177)	(921.837)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros.....	(508.970)	(449.793)	
Provisão para Obrigações Legais.....	(153.900)	113.856	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	112.285	209.339	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(73.657)	222.397	
Aumento/(Redução) em Obrigações.....	324	(91.441)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(82.254)	(186.952)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(43.302)	153.343	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	534.386	555.442	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	681.742	1.061.692	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.216.128	1.617.134	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Aumento de Capital.....	-	1.000.000	
Contrato de Mútuo.....	-	341.851	
Pagamento de Juros/Liquidação de Debêntures.....	-	(3.446.315)	
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(142.153)	(88.204)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(142.153)	(2.193.668)	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.030.673	(422.191)	
Início do Período.....	175.918	598.109	
Fim do Período.....	1.206.591	175.918	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.030.673	(422.191)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidas na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2024 e de 2023, não houve perda por *impairment*.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: são não reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro.

b) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provis

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de Fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %		Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (6)	
					ON	PN	2024	2023	2024	2023
							2024	2023	2024	2023
Bradesco (1) (2) (3).....	87.100.000	168.409.653	17.252.900	451.891	119.775	5,37	9.077.017	8.927.083	911.877	749.927
Bradespar (2) (4) (7).....	4.600.125	8.483.367	1.192.208	34.323	2.525	9,37	795.213	734.345	107.300	171.910
Ágio - Bradesco (5).....	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5).....	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total.....							13.158.347	12.927.545	1.019.177	921.837

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2024;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes;

(4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;

(6) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 628.609 (2023 - R\$ 630.709), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do Pis e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais".

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Provisões Contingentes

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
No início do exercício.....	844.967	699.604
Atualizações monetárias.....	32.241	71.402
Constituições líquidas de (reversões e baixas) (1).....	(877.208)	73.961
No final do exercício.....	-	844.967

(1) Neste exercício, com o encerramento do processo de forma desfavorável, procedemos a realização da provisão com a baixa do respectivo depósito, visto que já houve a conversão em renda à União Federal (2023 – R\$ 844.967).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2024	2023
Ordinárias.....	1.914.731.079	1.830.586.512
Preferenciais (1).....	1.706.485.482	1.631.492.454
Total.....	3.621.216.561	3.462.078.966

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2024, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 876.600, elevando-o de R\$ 10.458.595 para R\$ 11.335.195. A proporção de 4,596590581% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 28 de junho de 2024, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 159.137.595 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 84.144.567 ordinárias e 74.993.028 preferenciais, ao preço de R\$ 5,51 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, estão demonstrados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	1.567.137	1.469.288
Ordinárias.....	0,42	0,41
Preferenciais.....	0,46	0,45

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, uma vez que não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
- Reserva legal (1).....	715.705	637.348
- Reserva estatutária (2).....	8.925.982	7.815.202
Total.....	9.641.687	8.452.550

(1) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(2) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrado a seguir:

	2024	% (1)	2023	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	1.567.137		1.469.288	
Reserva legal.....	(78.557)		(73.464)	
Base de cálculo.....	1.488.780		1.395.824	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2).....	378.000		1.080.000	
Imposto de renda retido na fonte - 15% (3).....	(21.436)		(61.247)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido).....	356.564	25,4	1.018.753	73,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP deliberado em junho e dezembro de 2024; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

11) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ações Vale S.A.), no montante de R\$ 65.558 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 78.013).

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Contribuição à Cofins.....	83.940	95.559
Contribuição ao Pis.....	16.382	18.297
Outros (1).....	6	1.622
Total.....	100.328	115.478

(1) Em 2023 referem-se, basicamente, a despesas de impostos sobre operações financeiras IOF.

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Serviços de terceiros (1).....	1.045	6.132
Editais e publicações.....	106	114
Total.....	1.151	6.246

(1) Em 2023 referem-se, basicamente, a despesas de comissões com debêntures.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Fundos de investimentos (1).....	102.411	-
Certificado de depósito bancário - CDB (1).....	1.104.180	175.918
Total.....	1.206.591	175.918

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e Foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a: (i) 12.247.321 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, classificadas como Nível 1, cujo valor justo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 668.091 (2023 – R\$ 945.493), sendo o custo atualizado de R\$ 493.062 (2023 – R\$ 493.062) e ajuste ao valor justo de R\$ 175.029 (2023 – R\$ 452.431); (ii) aplicação em Letras Financeiras Subordinadas, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 3, o custo atualizado e o valor justo era de R\$ 5.012.690 (2023 – R\$ 5.008.205); e (iii) aplicação em Letras Financeiras, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento em dezembro de 2025 e classificadas no Nível 3, ao valor justo de R\$ 96.927 (2023 – R\$ 86.632), sendo o valor de custo atualizado R\$ 96.615 (2023 – R\$ 86.447), e uma marcação ao valor justo de R\$ 312 (2023 – R\$ 185).

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %		Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (6)	
					ON	PN	2024	2023	2024	2023
							2024	2023	2024	2023
Bradesco (1) (2) (3).....	87.100.000	168.409.653	17.252.900	451.891	119.775	5,37	9.077.017	8.927.083	911.877	749.927
Bradespar (2) (4) (7).....	4.600.125	8.483.367	1.192.208	34.323	2.525	9,37	795.213	734.345	107.300	171.910
Ágio - Bradesco (5).....	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5).....	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total.....							13.158.347	12.927.545	1.019.177	921.837

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2024;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes;

(4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;

(6) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 628.609 (2023 - R\$ 630.709), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados.

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações em letras financeiras.....	696.394	884.274
Receitas sobre aplicações financeiras.....	47.884	139.195
Variação monetária de contrato de mútuo a receber.....	-	37.156
Outros.....	99.039	132.146
Total.....	843.317	1.192.771
Despesas Financeiras		
Despesas com juros de debêntures.....	-	(437.801)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos.....	-	(94.581)
Atualizações monetárias - passivos contingentes.....	(32.241)	(71.402)
Total.....	(32.241)	(603.784)
Resultado Financeiro.....	811.076	588.987

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	Investimento com influência significativa (2)	
	2024	2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-
Aplicações financeiras.....	-	-
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-
Passivos		
Juros sobre capital próprio a pagar.....	356.564	1.018.753

(1) Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Cidade de Deus), Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Nova Cidade de Deus) e Fundação Bradesco (Fundação); e

(2) Bradesco e Bradespar.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.794.332	1.467.113
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(610.073)	(498.818)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	346.520	31

...continuação

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

NCF Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NCF Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de março de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-O F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-O

